



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE**

Em 2008, a economia brasileira foi marcada por dois momentos distintos em função do desenvolvimento da crise econômica mundial. No Estado de São Paulo, de janeiro até setembro, a produção industrial crescia no acumulado 8,7%, porém, no quarto trimestre, houve uma desaceleração da economia, encerrando o ano com um crescimento médio de 5,3%. A energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2008, foi pouco afetada pela crise, tendo atingido o montante de 8.466 GWh, representando um acréscimo de 5,2% em relação ao ano anterior. Verificou-se um crescimento de 6,6% na classe residencial, de 4,7% na classe industrial cativa, de 5,2% na classe comercial e de 2,6% nas demais classes em relação a 2007.

A Empresa alcançou uma receita operacional líquida de R\$ 2.070 milhões, 4% superior ao obtido em 2007, um Ebitda de R\$ 401 milhões, 3% inferior ao ano anterior e um Lucro Líquido de R\$ 206 milhões, 15% a menos que em 2007. Sempre com foco na eficiência da sua gestão, a Bandeirante reduziu seus gastos gerenciáveis em 7% (R\$ 29 milhões) com relação ao ano anterior. Cabe ressaltar que os resultados da Empresa, em 2008, foram impactados pelo efeito da revisão tarifária de -12,47% ocorrida em outubro de 2007, ainda assim, superou seus valores planejados para o ano.

O reajuste tarifário periódico, aprovado em outubro de 2008, reposicionou as tarifas em +14,48% para o período de outubro de 2008 a setembro de 2009, para todas as classes de consumo, cujo efeito será sentido, essencialmente, durante o ano de 2009.

Em 2008, continuamos o esforço do investimento em expansão, melhoria da rede e do Programa Luz para Todos, bem como os aplicados aos sistemas de gestão, automação e medição, totalizando R\$ 161 milhões demonstrando o comprometimento da Bandeirante com o desenvolvimento econômico-social do Estado de São Paulo, mais especificamente nas regiões do Alto Tietê, do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.

Visando o acompanhamento da opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, através de pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com a Vox Populi, a Empresa atingiu um índice de satisfação de 72,8%. Alguns pontos da pesquisa merecem destaque como o "fornecimento de energia sem interrupção", com 88,8% de aprovação, e o "fornecimento de energia sem variação de tensão", avaliado em 81,5%, ambos acima da média Abradee.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Programa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda. Em 2008, foram atendidas mais de 40 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de equipamentos.

O Programa Letras de Luz, que promove o incentivo à leitura e à valorização da literatura nacional e o Programa Bandeirante Comunidade Educação que, em sete anos, beneficiou mais de 126 mil alunos e contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino público municipal, comprovam a preocupação da Empresa com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social das comunidades onde está inserida.

Aspectos socioambientais e critérios técnicos que minimizam os impactos das atividades e promovem a integridade física dos colaboradores, contratados e terceiros, são considerados de forma sistematizada nas atividades da Empresa, inclusive nas decisões de investimento e na relação com fornecedores e clientes. Assim, os gastos de natureza ambiental, em 2008, foram de R\$ 5 milhões, e os investimentos em redes compactas de distribuição de energia elétrica, que permitem melhor convivência com a vegetação, tiveram expansão de 39% em relação ao ano anterior, somando 308 km de extensão.

Foco no cliente e na sustentabilidade, inovação tecnológica, qualidade de serviço e eficiência operacional continuarão a ser objetivos estratégicos da Bandeirante, tendo como medidas o aumento da receita, a redução de custos e dos investimentos, buscando posicioná-la como uma referência em excelência na gestão, responsabilidade social, com o total comprometimento de seus colaboradores e de sua liderança.

**JOÃO GOMES DE AGUIAR**  
DIRETOR PRESIDENTE

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Bandeirante, a partir de fevereiro de 2008, passou a ter uma nova composição, decorrente da saída dos conselheiros: Antônio Martins da Costa, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens, Antônio Eduardo da Silva Oliva e Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro, que passaram a exercer outras funções no Grupo EDP.

A nova composição do Conselho de Administração passou a ser:  
Presidente: **Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu**  
Vice-Presidente: **João José Gomes de Aguiar**  
Conselheiro: **Luíz Otávio Assis Henriques**  
Conselheiro: **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**  
Conselheiro: **Miguel Dias Amaro**  
Conselheiro (Representante dos Empregados): **Arnaldo Benzi Sacconi**

**DIRETORIA**

A Diretoria da Bandeirante, desde fevereiro de 2008, manteve-se inalterada no que diz respeito aos seus representantes:  
Diretor Presidente: **João José Gomes de Aguiar**  
Diretor Operacional: **Newton Luis de Oliveira Caseri**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores: **Thomas Daniel Brull**  
Diretor Técnico: **João José Gomes de Aguiar**  
Diretor Comercial: **Paulo César Corrêa Soares**  
Diretor de Regulação: **Dorel Soares Ramos**

**2. CENÁRIO MACROECONÔMICO**

O consumo de energia elétrica acumulado, em 2008, cresceu 3,8% sobre o ano anterior, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Os principais destaques positivos do ano foram: o consumo no setor de serviços e consumo das famílias, que cresceram respectivamente 6,0% e 5,3% quando comparados a 2007.

O setor comercial, de serviços e residencial mantiveram a dianteira do crescimento da demanda de energia no País. No primeiro caso, os fatores de crescimento foram, nos primeiros nove meses do ano, a atividade do comércio em geral, com destaque para a ligação de novos pontos comerciais no Nordeste, o turismo estrangeiro e o movimento de portos e aeroportos. No último trimestre, o câmbio mais alto favoreceu o turismo doméstico.

O consumo de energia das famílias refletidos na classe residencial foi sustentado por dois fatores: o crescimento sustentado do consumo médio (CPC), que atingiu 148 kWh por mês, apresentando um acréscimo de 1,3% sobre 2007, reflexo da maior posse de eletrodomésticos em razão do aumento da renda, e o outro fator foi a elevação expressiva do número de clientes que, em 2008, contou com um acréscimo de mais de 2 milhões de novos clientes nas redes de distribuição em todo o país. O segundo fator impactou fortemente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como reflexo do Programa Luz Para Todos.

No seguimento Industrial, o consumo de energia cresceu 2,4%, mesmo com os impactos causados pela crise, principalmente no faturamento de dezembro.

**3. A BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO**

A Bandeirante Energia S.A., empresa de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão firmado naquela data. A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina. Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,6 milhões de habitantes. Em 2008, foram distribuídos 13.554 GWh a um total de 1,439 milhões de clientes faturados, representando um crescimento de 2,2% da energia distribuída em relação a 2007.

**4. PRINCIPAIS INDICADORES (\*)**

Descrição	unidade	Saldo		Variação
		dez/08	dez/07 <sup>(1)</sup>	
<b>Financeiros</b>				
Ativo Total	R\$ mil	2.250.691	2.325.451	-3,2%
Patrimônio Líquido	R\$ mil	680.031	749.766	-9,3%
Dívida Líquida (2)	R\$ mil	333.872	245.642	35,9%
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,49	0,33	0,2 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	0,83	0,59	0,2 p.p.

Descrição		2008	2007 <sup>(1)</sup>	Variação
<b>Resultados</b>				
Receita Bruta	R\$ mil	2.976.032	3.045.585	-2,3%
Receita Líquida	R\$ mil	2.070.481	1.993.086	3,9%
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	1.756.798	1.665.558	5,5%
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	313.683	327.528	-4,2%
EBITDA (3)	R\$ mil	401.321	415.251	-3,4%
Resultado Financeiro	R\$ mil	(62.104)	(60.140)	3,3%
Outros Resultados	R\$ mil	(2.823)	(5.984)	-52,8%
Resultado Antes de Impostos	R\$ mil	248.756	261.404	-4,8%
Lucro Líquido	R\$ mil	205.716	240.918	-14,6%

<b>Margens</b>				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	19,4%	20,8%	-1,5 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	9,9%	12,1%	-2,2 p.p.

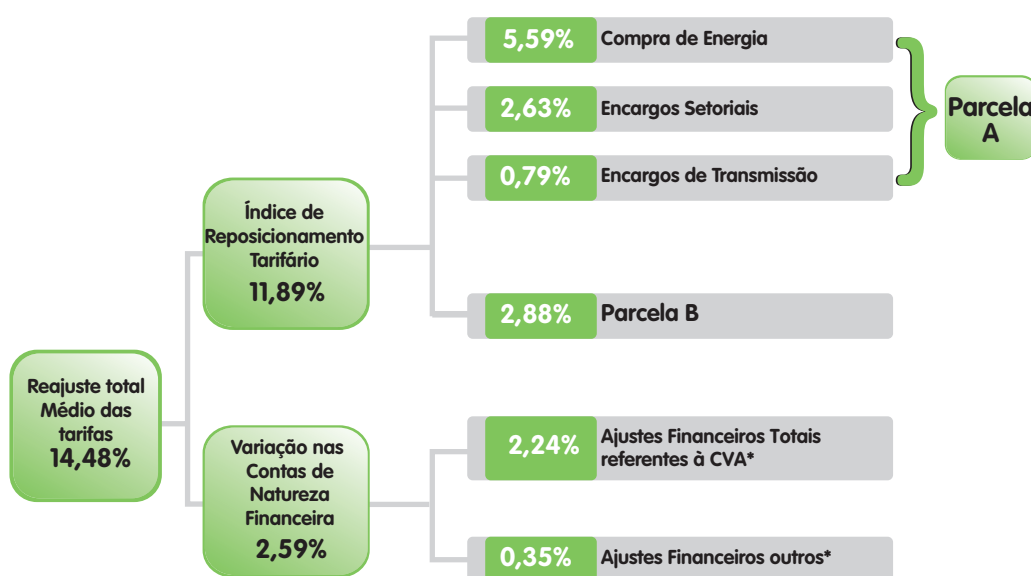
<b>Operacionais</b>				
Energia Distribuída	MWh	13.553.861	13.268.281	2,2%
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	8.466.152	8.045.223	5,2%
Residencial	MWh	2.814.965	2.639.558	6,6%
Industrial	MWh	3.101.231	2.960.687	4,7%
Comercial	MWh	1.626.121	1.545.253	5,2%
Rural	MWh	101.298	98.373	3,0%
Outros	MWh	822.537	801.352	2,6%
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	-	-	na
Consumo Próprio	MWh	4.821	5.053	-4,6%
Energia em Trânsito	MWh	5.082.888	5.218.005	-2,6%
Investimentos Líquidos	R\$ mil	134.768	153.729	-12,3%
Número de Clientes Finais - Faturados	unidade	1.438.815	1.401.461	2,7%
Número de Colaboradores	unidade	1.068	1.031	3,6%
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	12.691	12.869	-1,4%
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	11,3	9,6	18,6%
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,3	5,9	6,6%

(1) Contempla ajustes pela adoção inicial da Lei nº 11.687/07 (Nota Explicativa nº 3.1).  
(2) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.  
(3) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e outros resultados.  
(\*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

**5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO**

O reajuste médio das tarifas da Bandeirante, com efeito a partir de 23 de outubro de 2008, foi de 14,48% para o período de outubro de 2008 a setembro de 2009. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica e que se traduz na percepção do consumidor foi de 15,14%.

**Bandeirante: decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2008**



\* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

A metodologia para a Revisão Tarifária do segundo ciclo, envolvendo a Empresa de Referência, Base de Remuneração Regulatória, Perdas, Fator X, etc. encontrava-se na dependência de validação, através do processo de Audiência Pública AP 52/2007. Como a nova metodologia foi aprovada somente no fim do ano de 2008, foram mantidos provisórios os resultados da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Bandeirante, sendo que, adicionalmente a isso, a Empresa também aguarda julgamento do Recurso Administrativo impetrado contra o resultado da Base de Remuneração Regulatória em 2007.

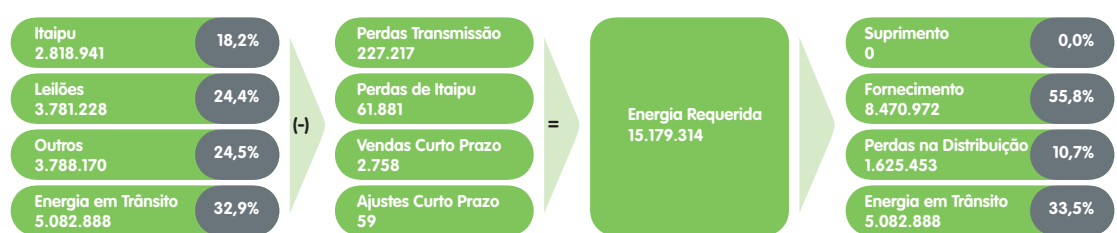
O Investimento Remunerável, também denominado Base de Remuneração Regulatória - BRR, sobre o qual foram calculadas a remuneração e depreciação dos ativos da Parcela B da Receita Requerida da concessionária, na revisão tarifária homologada pela Resolução Homologatória Aneel nº 552 de 22/11/2007 estão apresentados a seguir:

Descrição(*)	R\$ mil
(1) Ativo Imobilizado em Serviços - AIS	2.981.114
(2) Depreciação Acumulada	1.579.821
(3) AIS Líquido = (1) - (2)	1.401.292
(4) Almojarifado em Operação	1.466
(5) Ativo Diferido	0
(6) Obrigações Especiais	248.806
(7) Terrenos e Servidões	67.340
(8) Bens 100% Depreciados	378.164
(9) Base de Remuneração Bruta = (1) - (6) - (8)	2.354.144
(10) Base de Remuneração Líquida = (3) + (4) + (5) - (6) + (7)	1.221.292
(11) Taxa de Depreciação	4,58%
(12) Quota de Reintegração Regulatória = (11) x (9)	107.820

(\*) Não auditado.

**6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Balanco Energético (MWh)**



**Compra de Energia**

A energia requerida pela Empresa, em 2008, foi de 15.179 GWh, superior 2,1% à verificada em 2007. A energia comprada para atendimento a seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e outros, totalizou 10.388 GWh, representando um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior.

**Energia Distribuída**

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante (energia vendida a clientes finais, consumo próprio e energia em trânsito), no ano de 2008, foi de 13.554 GWh, o que representou um crescimento de 2,2% em relação ao ano anterior, conforme apresentado a seguir:

	Clientes (unidade)		MWh		R\$ Mil (1)	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Fornecimento</b>	<b>1.438.651</b>	<b>1.401.302</b>	<b>8.466.152</b>	<b>8.045.223</b>	<b>985.363</b>	<b>1.016.304</b>
Residencial	1.318.912	1.283.265	2.814.965	2.639.558	805.761	843.241
Industrial	9.587	8.949	3.101.231	2.960.687	696.146	674.220
Comercial	92.030	91.455	1.626.121	1.545.253	431.330	441.418
Rural	8.215	8.079	101.298	98.373	17.194	18.244
Outros (2)	9.907	9.554	822.537	801.352	170.501	178.904
(-) Transferido para Energia Trânsito (3)	-	-	-	-	(1.135.569)	(1.139.723)
<b>Energia Forn. Clientes Finais</b>	<b>1.438.651</b>	<b>1.401.302</b>	<b>8.466.152</b>	<b>8.045.223</b>	<b>985.363</b>	<b>1.016.304</b>
Suprimento Convencional	-	-	-	-	-	-
Energia em Trânsito	72	74	5.082.888	5.218.005	282.675	322.754
(+) Transferido dos Clientes Finais (3)	-	-	-	-	1.135.569	1.139.723
Consumo Próprio	92	85	4.821	5.053	1.145	(392)
<b>Total Energia Distribuída</b>	<b>1.438.815</b>	<b>1.401.461</b>	<b>13.553.861</b>	<b>13.268.281</b>	<b>2.404.752</b>	<b>2.478.389</b>
Fornecimento não faturado (4)	-	-	-	-	16.018	(6.895)
Outras Receitas	-	-	-	-	20.787	22.784
(-) Deduções à receita operacional	-	-	-	-	(371.076)	(501.192)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.438.815</b>	<b>1.401.461</b>	<b>13.553.861</b>	<b>13.268.281</b>	<b>2.070.481</b>	<b>1.993.086</b>

(1) Dados em R\$ referem-se à Receita líquida de ICMS.  
(2) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.  
(3) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais.  
(4) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais, em 2008, atingiu o montante de 8.466 GWh, representando um acréscimo de 5,2% em relação ao ano anterior.

A energia vendida à classe residencial teve um volume de vendas de 2.815 GWh, representando um crescimento de 6,6% em relação ao ano de 2007. Este crescimento teve como principais fatores a evolução do número de clientes faturados em 3,4%, e do consumo por consumidor, que em 2008 atingiu o patamar de 179,7 kWh, representando um acréscimo de 2,0% em relação ao anterior.

A classe industrial cativa teve um total de energia vendida de 3.101 GWh, representando um acréscimo de 4,7% em relação ao ano anterior, devido ao cenário econômico favorável até outubro de 2008, já a classe comercial teve um crescimento de 5,2%, com volume de vendas de 1.626 GWh no ano, enquanto a venda de energia para as demais classes totalizou 823 GWh, o que corresponde a um acréscimo de 2,6% em relação a 2007.

A energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante para o mercado livre e para outras concessionárias totalizou o montante de 5.083 GWh, o que representa um decréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior. Esta queda reflete, principalmente, a mudança de configuração de pontos de rede, com transferência de carga para atendimento à concessionária Eletropaulo, que resultou em redução da energia em trânsito na rede da Bandeirante.

Com relação ao número de clientes faturados (mercado cativo com consumo próprio e uso da rede), a Empresa encerrou o ano de 2008 com 1.438.815 clientes faturados, representando um crescimento de 2,7% sobre o ano anterior.

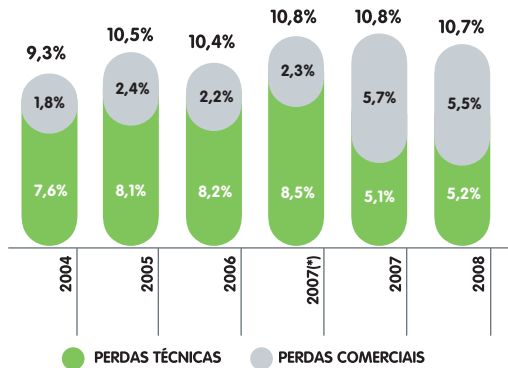
**Perdas Técnicas e Comerciais**

A Aneel, em função de aprimoramento metodológico e de ferramenta para o cálculo de perdas elétricas, quando da Revisão Tarifária da Bandeirante de outubro de 2007, a despeito de decidir manter o montante de energia informado pela Empresa para o montante global das perdas regulatórias, promoveu um ajuste nos percentuais de rateio da perda total em suas componentes técnica e comercial, fixando um percentual de perdas técnicas de 4,97%, enquanto que para as perdas comerciais o valor estabelecido foi de 5,42%.

O índice anual de perdas totais foi de 10,7%, o que representa um decréscimo de 0,1 ponto percentual em relação a 2007. Esta redução, apesar do crescimento do mercado da empresa de 2,2%, é atribuída os investimentos realizados na rede e a intensificação das ações do programa de combate às perdas comerciais.



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



(\*) Alteração da metodologia da Aneel

#### Relacionamento com Clientes

Em continuidade às ações de melhoria no atendimento comercial, foi implementado em 2008 na Bandeirante o Projeto *Lean* Lojas que teve como objetivo principal obter a melhoria do desempenho dos processos comerciais focando o passo a passo das atividades, do seu planejamento até a avaliação do seu desempenho, racionalizando os recursos e melhorando a qualidade dos serviços prestados. O projeto vem trazendo a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação de nossos clientes.

A Central de Atendimento ao Cliente (*call center*), em conformidade com as exigências do órgão regulador Aneel e ao decreto 6.523 de 2008 - Lei do SAC, atualizou sua infraestrutura e parque tecnológico com equipamentos de ponta para melhor atender seus clientes. Isso ocorre através do atendimento eletrônico e dos grupos de atendimentos segmentados para baixa tensão, média e alta tensões e para Ouvidoria. A novidade foi a implantação de um número 0800 para deficientes auditivos e de fala. Ao longo do ano foi realizado o total de 3,23 milhões atendimentos por esse canal.

A empresa, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibilizou, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, auto pagamento), 767 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

#### Combate às Perdas Comerciais

Como em outras empresas do setor de energia elétrica brasileiro, a Bandeirante vinha registrando um crescimento das perdas Comerciais, normalmente relacionadas a fraudes, principalmente a partir do racionamento de energia em 2001.

Diante desse cenário, a Bandeirante e as demais distribuidoras do Grupo EDP Energias do Brasil definiram o combate de perdas comerciais como um instrumento para a redução das perdas.

Dessa forma, com a intensificação das ações do programa de combate às perdas comerciais, no ano de 2008, foram realizadas 76,1 mil inspeções de campo, substituídos 28,9 mil medidores (com falha de medição, danificados e obsoletos) e realizadas 12,5 mil regularizações de clientes clandestinos, conduzindo à recuperação de 26,0 GWh.

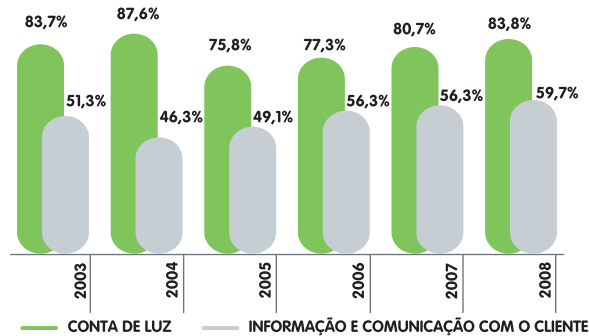
#### Índice de Satisfação dos Clientes

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela Abradee, em parceria com a Vox Populi, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.

Em 2008, a Bandeirante atingiu um índice de satisfação de 72,8%. Alguns pontos da pesquisa merecem destaque e estão relacionados à qualidade de energia entregue aos clientes. Podem ser citados como exemplos os seguintes indicadores:

- "Fornecimento de energia sem interrupção", com 88,8% de aprovação, e
- "Fornecimento de energia sem variação de tensão", avaliado em 81,5%, ambos acima da média Abradee.

Outro aspecto importante refere-se aos itens: "Informação e Comunicação com o Cliente" e "Conta de Luz" onde apresentaram melhora nos indicadores em relação ao ano anterior, como mostra o gráfico abaixo:



## 7. INVESTIMENTOS

Em 2008, continuamos o esforço do investimento em expansão e melhoria da rede, do Programa Luz para Todos bem como os aplicados aos sistemas de gestão, automação e medição, totalizando R\$ 161 milhões, o que demonstra o comprometimento da Bandeirante com o desenvolvimento econômico-social do Estado de São Paulo, mais especificamente nas regiões do Alto Tietê, do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.

	2008	2007	R\$ mil Variação
Expansão de Rede	71.172	77.567	(6.395)
Melhoramento da Rede	31.602	39.063	(7.461)
Universalização	13.652	11.838	1.814
Telecom, Informática e Outros	43.663	45.030	(1.367)
<b>Subtotal</b>	<b>160.089</b>	<b>173.498</b>	<b>(13.409)</b>
(-) Obrigações Especiais	(25.321)	(19.768)	(5.553)
<b>(=) Investimento Líquido</b>	<b>134.768</b>	<b>153.730</b>	<b>(18.962)</b>

#### Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento da demanda do mercado foram investidos R\$ 71 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição.

Destacam-se os investimentos da ordem de R\$ 20 milhões, para o início da construção de duas novas subestações de distribuição, uma na região de Itaquaquecetuba, a ETD Pedreira, que disponibilizará uma potência adicional de 66,6 MVA e a outra na região de Pindamonhangaba, a ETD Araretama, que disponibilizará uma potência adicional de 40 MVA. Iniciamos também a ampliação/remodelação das subestações José Centro, Barra do Una, Suzano e Guararema e finalizamos a ampliação da subestação Iporanga, disponibilizando uma potência adicional de 60 MVA na região de Guarulhos.

Foi iniciado o processo de construção da linha Nordeste-Itapeti 138kV (2ª fase), com a construção de aproximadamente 32 km em circuito duplo com dois cabos por fase de bitola 954 MCM. Um dos objetivos deste empreendimento é a transferência de cerca de 100 MVA da subestação Nordeste da Rede Básica para a futura SE Itapeti, além de permitir, em situação de contingência, o basculamento de até 308 MVA entre essas subestações.

#### Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 32 milhões e se constituíram principalmente de substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciados, recondutoramento de redes em final de vida útil, representando modernização e melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica.

#### Universalização

Os investimentos na universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R\$ 13,6 milhões, sendo destinados à ligação dos clientes da área urbana e rural com demanda menor do que 50 kW e para os clientes abrangidos pelo Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia.

No âmbito do Programa Luz para Todos, programa federal de eletrificação rural coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Bandeirante deu forte impulso ao desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua, atendendo, até o momento, 8.875 clientes.

No primeiro contrato iniciado em junho de 2004 e finalizado em dezembro de 2006, a Bandeirante investiu R\$ 17,6 milhões e neste período disponibilizou energia elétrica a um total de 6.351 instalações, superando a meta de 6.217 ligações acordadas com o MME, a Eletrobrás e a Aneel.

Em junho de 2007 foi firmado o segundo contrato com previsão de atendimento de mais 3.706 ligações e um total de R\$ 14,5 milhões a serem investidos até o final de 2009. Neste novo contrato, foram realizadas 2.524 ligações e investidos R\$ 7,6 milhões, até o final de 2008.

Em termos de participação financeira, a Eletrobrás financia 75% dos investimentos diretos por meio da RGR e a Bandeirante com 25% de capital próprio.

#### Tecnologia da Informação

Os investimentos em tecnologia da informação totalizaram R\$ 16,6 milhões e visam a unificação dos sistemas corporativos do Grupo EDP Energias do Brasil, permitindo maior flexibilidade e redução de custos, melhorando a qualidade dos serviços e garantindo a sustentabilidade do negócio. Nesse contexto, após o *upgrade* para as versões mais modernas do SAP R/3, BW, IS-U/CCS e CRM na Bandeirante, que contemplavam as melhorias decorrentes do Projeto Excelência no Atendimento, durante 2008 foi dado prosseguimento na segunda etapa do programa, com a extensão do sistema de gestão comercial para a Escelsa, outra distribuidora do Grupo EDP Energias do Brasil, cuja conclusão acontecerá em meados de 2009.

#### Automação e Telecomunicações

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R\$ 5,3 milhões. Destacam-se entre as diversas ações a implantação do *upgrade* do Sistema SCADA (*Supervisory Control And Data Acquisition*), com a possibilidade de utilização de inteligência artificial e a implantação de site de contingência *full* em São José dos Campos, dentro do conceito de *disaster recovery system*.

Outros componentes importantes dos sistemas técnicos de apoio à operação do sistema são o SDM - Sistema de Despacho Móvel que permite o envio de ordens de serviço a viaturas de forma digital, o SIT Raios, que permite o monitoramento e visualização em tempo real de descargas atmosféricas na rede elétrica e o PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia. Esta última funcionalidade realiza a interface e o processamento avançado dos relógios automáticos da rede de média tensão, pequenas subestações e chaves de alta tensão no circuito de 138kV, na região de Guarulhos, ao Sistema SCADA.

A integração total do SIT Raios com o SCADA e PowerOn no COS - Centro de Operação do Sistema e COD - Centro de Operação da Distribuição, será disponibilizada em ambiente de operação em tempo real, com o foco no conceito de *smartgrids*.

## 8. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Indicadores da Performance

Indicador	unidade	2004	2005	2006	2007	2008
DEC	horas	6,75	9,17	8,82	9,57	11,34 (*)
FEC	vezes	5,76	6,62	5,51	5,90	6,30
TMA	minutos	97	170	172	164	171

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano).

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano).

TMA - Tempo Médio de Atendimento.

(\*) O efeito *La Niña* e a quantidade de dias atípicos no período, foram os principais fatores para a piora do indicador de qualidade técnico - DEC.

#### Principais Dados das Instalações Elétricas (\*)

O sistema elétrico da Bandeirante atingiu a demanda máxima de 2.316,9 MWh/h em agosto de 2008. Abaixo encontram-se as informações das principais instalações da empresa:

Descrição	2008	2007	Variação
<b>Subestações</b>			
Quantidade	59	58	1,7%
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.153	3.153	0,0%
<b>Redes de Distribuição - Própria (km)</b>	<b>26.249</b>	<b>26.194</b>	<b>0,2%</b>
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 kV) (1)	909	909	0,0%
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 kV)	13.082	12.880	1,6%
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	12.301	12.448	-1,2%
<b>Transformadores de Distribuição - Próprios (Quantidade)</b>	<b>53.730</b>	<b>53.010</b>	<b>1,4%</b>
Transformadores de Distribuição - Urbano	39.488	39.285	0,5%
Transformadores de Distribuição - Subterrâneo	14.192	13.675	3,8%
Transformadores de Distribuição - Subterrâneo	50	50	0,0%
<b>Potência instalada na Distribuição Própria (MVA)</b>	<b>2.740</b>	<b>2.671</b>	<b>2,6%</b>
Potência instalada na Distribuição - Urbano	2.390	2.338	2,2%
Potência instalada na Distribuição - Rural	324	306	5,9%
Potência instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	27	-3,7%
<b>Postes em Redes de Distribuição - Quantidade (km)</b>	<b>508.437</b>	<b>495.929</b>	<b>2,5%</b>
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	388.694	379.496	2,4%
Postes em Redes de Distribuição - Rural	119.743	116.433	2,8%
<b>Iluminação Pública</b>			
Lâmpadas - unidades (de propriedade da Empresa)	264.809	258.859	2,3%
Lâmpadas - unidades (de propriedade dos municípios)	63.171	60.099	5,1%
Redes BT - km (menor que 1kV)	2.164	2.270	-4,7%

(\*) Não auditado.

(1) Ano de 2007 - Reclassificado.

## 9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

#### Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2008, foram concluídos quatro projetos de P&D e iniciados outros quatro, mantendo 21 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 5,7 milhões.

Um dos projetos em fase de testes refere-se a um equipamento que proverá funções de concentração de medição de energia, a ser instalado nos postes de distribuição de energia elétrica. Tem como objetivo a melhoria no controle de perdas comerciais e o monitoramento do consumo, bem como a possibilidade de realizar o corte e religa remoto de energia elétrica de cada residência monitorada, conforme padrões de operação para serem definidos pela Aneel.

Estamos desenvolvendo um sistema para automatização em tempo real da avaliação das influências de descargas atmosféricas em desligamentos da rede de distribuição, que vem de encontro com um dos objetivos do grupo de avaliar a influência das descargas atmosféricas e outras condições climáticas no comportamento e estado das redes de distribuição e de equipamentos e sistema de proteção, manobra e medição.

Em cooperação com outras concessionárias de distribuição de energia do Brasil, estão sendo avaliados os impactos mais adversos ao meio ambiente e ao ser humano, causados por campos elétricos e magnéticos de baixa frequência, provenientes das redes de distribuição de média tensão, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica.

#### Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes, as atividades de eficiência energética implementadas pela Bandeirante, em 2008, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela Aneel para o ciclo 2006/2007 e PEE - 2008.

Dentre esses projetos destaca-se o Programa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes. Até julho de 2008 (ciclo 06/07), foram atendidas mais de 20 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 62 mil lâmpadas fluorescentes compactas para o consumo eficiente e seguro da energia elétrica.

No segundo semestre de 2008, a Empresa iniciou a execução de mais 18 projetos, integrantes do PEE - 2008, inclusive a continuidade do Programa Energia na Comunidade que, até dezembro de 2008, atendeu mais de 20 mil famílias e entregou mais de 80 mil lâmpadas para comunidades de baixa renda.

Os principais destaques deste novo Programa são os projetos que estão sendo realizados em conjuntos habitacionais de baixa renda, localizados no município de Mogi das Cruzes, que prevêm a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 1.020 famílias, por alternativa de aquecimento solar. O escopo também contemplará a substituição de todas as lâmpadas das residências e das áreas comuns dos conjuntos. Outros projetos iniciados abrangem a melhoria nos sistemas de iluminação de hospitais públicos, asilos e Santa Casa de Misericórdia, localizados na área de concessão, que proporcionará diversos benefícios aos seus usuários.

## 10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2008	2007	R\$ mil Variação
Receita Operacional Bruta	2.976.032	3.045.585	-2,3%
(-) Deduções à Receita Operacional	905.551	1.052.499	-14,0%
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.070.481</b>	<b>1.993.086</b>	<b>3,9%</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	<b>1.756.798</b>	<b>1.665.558</b>	<b>5,5%</b>
<b>Gerenciáveis</b>	<b>382.583</b>	<b>411.505</b>	<b>-7,0%</b>
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	104.601	102.211	2,3%
Material	21.374	12.012	77,9%
Serviços de terceiros	102.262	113.041	-9,5%
Depreciação e amortização	87.638	87.723	-0,1%
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas	33.541	57.343	-41,5%
Provisões para contingências	7.933	8.202	-3,3%
Aluguéis e Arrendamentos	3.355	4.445	-24,5%
Outras	21.879	26.528	-17,5%
<b>Não gerenciáveis</b>	<b>1.374.215</b>	<b>1.254.053</b>	<b>9,6%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	1.088.344	981.844	10,8%
Encargo de uso do sist.de transm.e distribuição	280.279	267.056	5,0%
Taxa de Fiscalização e Compensação Financeira	5.592	5.153	8,5%
<b>(=) Resultado do Serviço</b>	<b>313.683</b>	<b>327.528</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Margem do EBIT - %</b>	<b>15,2%</b>	<b>16,4%</b>	<b>-1,3 p.p.</b>
<b>EBITDA</b>	<b>401.321</b>	<b>415.251</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Margem do EBITDA - %</b>	<b>19,4%</b>	<b>20,8%</b>	<b>-1,5 p.p.</b>

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 3,9% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 2.070 milhões. O aumento verificado de R\$ 77 milhões é proveniente do resultado líquido de: a) redução de R\$ 31 milhões da receita de fornecimento a clientes finais, já deduzido da parcela da receita decorrente do uso das instalações; b) redução de R\$ 43 milhões pelo aumento da receita de uso do sistema de distribuição, faturada aos clientes livres e clientes cativos; e c) crescimento de R\$ 151 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções.

A redução da receita de fornecimento e uso das instalações foi influenciada pelo nível da despesa da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC nas tarifas homologadas pela Aneel. Esta despesa é um encargo setorial cobrado pela empresa dos consumidores em suas tarifas e repassado ao Governo Federal (repasse registrado nas "deduções à receita operacional"). A cobertura tarifária deste encargo é assegurada pelos mecanismos de reajuste de preços do setor elétrico. Em 2007, a receita cobria um montante de R\$ 169 milhões de CCC, enquanto que, em 2008, o montante coberto foi de R\$ 77 milhões.

Também em 2008, verificou-se o efeito pleno da revisão tarifária de -12,47%, homologada em 23 de outubro de 2007, em contrapartida, a energia distribuída apresentou um crescimento de 2,2% em relação ao ano anterior.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 1.757 milhões em 2008, superiores em 5,5% ao verificado no ano anterior.

As despesas operacionais gerenciáveis da Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas, foram reduzidas, em 2008, em R\$ 29 milhões, correspondentes a -7,0%, em relação ao ano anterior, refletindo os esforços da Empresa na obtenção de eficiência operacional.

As despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$ 120 milhões em relação ao ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (Ebit) totalizou R\$ 314 milhões em 2008, inferior em 4,2% ao obtido no ano anterior, com uma redução da margem do EBIT de 1,3 pontos percentuais. O Ebitda do período foi de R\$ 401 milhões, inferior em 3,4% ao obtido no ano anterior, apresentando uma redução da margem do Ebitda de 1,5 pontos percentuais.

No exercício de 2008, o impacto negativo da revisão tarifária de outubro de 2007 foi amenizado pelo crescimento de 2,2% da energia distribuída e redução dos gastos gerenciáveis em 7,0%.

Em 2008, a Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 206 milhões, inferior em 15,0% ao registrado no ano anterior.

Endividamento	dez/08	dez/07	R\$ mil Variação
<b>Dívida Bancária (*)</b>	<b>524.231</b>	<b>542.223</b>	<b>-3,3%</b>
(-) Disponibilidades	(129.091)	(241.664)	-46,6%
<b>(=) Dívida bancária líquida</b>	<b>395.140</b>	<b>300.559</b>	<b>31,5%</b>
(-) Ativo Regulatório Líquido	(61.268)	(54.917)	11,6%
<b>(=) Dívida líquida</b>	<b>333.872</b>	<b>245.642</b>	<b>35,9%</b>

(\*) Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de Swap.

Em 31 de dezembro de 2008, a Bandeirante apresentou uma dívida líquida de R\$ 334 milhões, superior em 35,9% em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2007. Essa variação ocorreu em função de um menor saldo das disponibilidades em 31 de dezembro de 2008.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2008, o índice de produtividade apresentou tendência favorável, atingindo o número de 1.344 clientes faturados por empregado, encerrando o ano com um quadro de pessoal de 1.068 colaboradores.

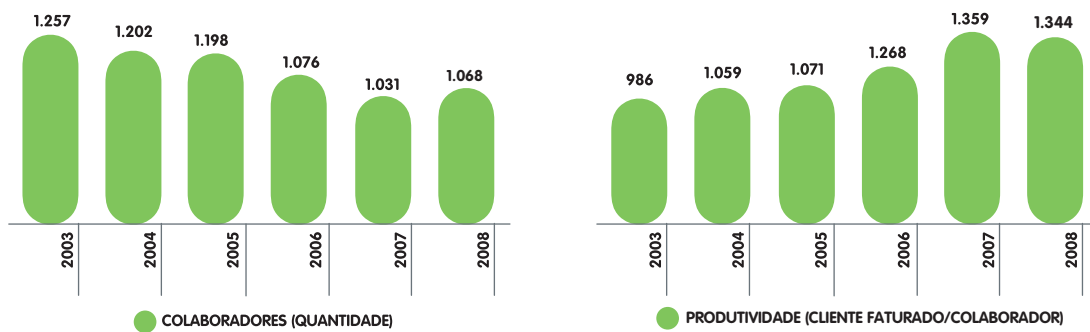
No intuito de disseminar a estratégia, identificar a presença dos valores do grupo no dia a dia e promover maior comprometimento com os resultados e metas da organização, foi realizado o programa Sou EDP, treinamento orientado à cultura do Grupo EDP, que contou com a participação 1.032 colaboradores (97% do quadro).

Ainda em 2008, foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional, que contou com uma adesão voluntária de 78% dos colaboradores. Os resultados foram apresentados a toda a organização, e dela resultaram planos de ação para melhoria dos itens que obtiveram avaliação insatisfatória.

Com a finalidade de adequar o modelo de gestão de pessoas houve a revisão das Políticas de Recursos Humanos adotadas pelo Grupo EDP, visando conferir maior clareza e transparência aos colaboradores da Empresa.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Programa de Benefícios

O programa de benefícios oferece o plano de assistência médica e odontológica extensivo aos dependentes, bem como auxílio alimentação e refeição, seguro de vida e auxílio funeral, auxílio creche/babá, auxílio dependente especial, materiais escolares, incentivos à educação formal e pós-graduação.

Capacitação e Desenvolvimento

Os investimentos, em 2008, realizados pela empresa em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores alcançaram valores de R\$ 1,2 milhão, correspondendo ao total de 72.362 horas de treinamento, com média de 66,32 horas por colaborador.

No que concerne ao desenvolvimento das lideranças foi realizado o Programa Gestores em Ação, composto por cinco módulos específicos voltados ao desenvolvimento das competências em gestão e liderança, o qual contou com a participação do corpo gerencial da empresa.

Com a finalidade de atender a Norma Regulamentadora nº 10 foi desenvolvido o Treinanet NR10 módulo complementar, realizado através da internet por todos os colaboradores da área técnica que atuam junto ao sistema elétrico de potência.

Utilizando a mesma metodologia, ou seja, o treinamento à distância, foi realizado o Chronos com ênfase na sustentabilidade e disponibilizado a todos os colaboradores da empresa.

O Programa de Incentivo à Educação Formal, realizado desde 2001, disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao autodesenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

Planejamento de Pessoas e Sucessão

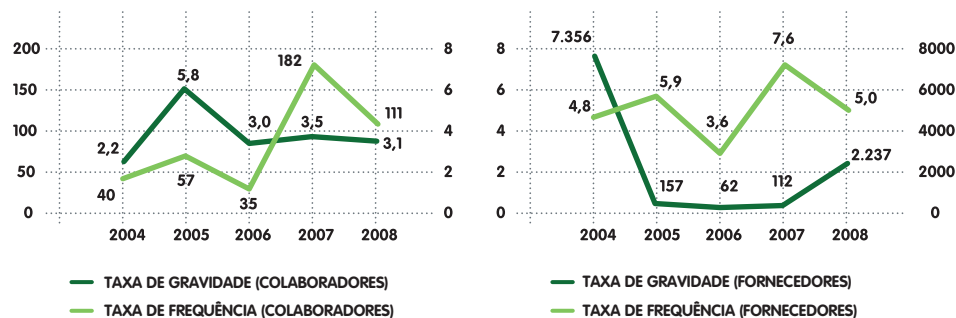
Outra iniciativa de destaque consistiu em identificar profissionais de elevado potencial para desenvolvimento e evolução na estrutura do Grupo. Além de disporem de um Programa de Desenvolvimento Individual, os jovens terão possibilidade de *job rotation* em diversas áreas da empresa, participarão de projetos especiais do Grupo, terão tutoria interna, além de prioridade na concessão de bolsas de estudos.

Saúde e Segurança

Neste ano de 2008, a Bandeirante estabeleceu um plano de trabalho para obtenção da Certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) 18001 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Construção de Subestações. Foram realizadas as auditorias iniciais da certificadora Bureau Veritas que finaliza as ações para obtenção do Certificado no ano de 2009.

O Programa Bandeirante Segurança + teve continuidade por meio da capacitação técnica, educação e melhoria das condições de trabalho e de prevenção e segurança, objetivando reformular os padrões de trabalho e o controle dos riscos. O programa continua estreitando relações com supervisões, Cipas e fornecedores.

Foram realizadas, no decorrer do ano, ações de treinamento, preleções, integrações, inspeções e campanhas, tanto para os colaboradores da Bandeirante quanto para seus fornecedores, visando a melhoria dos índices de acidentes de trabalho.



15. BALANÇO SOCIAL ANUAL/2008 (\*)

1 - Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais) (**)		
Receita Líquida (RL)	2.070.481			1.993.086		
Resultado Operacional (RO)	251.579			267.388		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	89.208			88.934		

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.506	8,41%	0,36%	5.997	6,74%	0,30%
Encargos Sociais Compulsórios	24.226	27,16%	1,17%	24.146	27,15%	1,21%
Previdência Privada	6.288	7,05%	0,30%	15.164	17,05%	0,76%
Saúde	11.884	13,32%	0,57%	10.124	11,38%	0,51%
Segurança e Saúde no Trabalho	0	0,00%	0,00%	87	0,10%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento						
Profissional	1.189	1,33%	0,06%	2.001	2,25%	0,10%
Creches ou Auxílio-Creche	122	0,14%	0,01%	137	0,15%	0,01%
Participação nos Lucros ou Resultados	7.897	8,85%	0,38%	5.328	5,99%	0,27%
Programa de Desligamento						
Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	(4.496)	-5,06%	-0,23%
Outros	733	0,82%	0,04%	660	0,74%	0,03%
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>59.845</b>	<b>67,08%</b>	<b>2,89%</b>	<b>59.148</b>	<b>66,51%</b>	<b>2,97%</b>

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.538	0,61%	0,07%	815	0,30%	0,04%
Cultura	899	0,36%	0,04%	1.190	0,45%	0,06%
Saúde e Saneamento	279	0,11%	0,01%	190	0,07%	0,01%
Esporte	251	0,10%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	226	0,09%	0,01%	631	0,24%	0,03%
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>3.193</b>	<b>1,27%</b>	<b>0,15%</b>	<b>2.826</b>	<b>1,06%</b>	<b>0,14%</b>
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	991.868	394,26%	47,91%	1.100.614	411,62%	55,22%
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>995.061</b>	<b>395,53%</b>	<b>48,06%</b>	<b>1.103.440</b>	<b>412,67%</b>	<b>55,36%</b>

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	5.120	2,04%	0,25%	2.772	1,04%	0,14%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>5.120</b>	<b>2,04%</b>	<b>0,25%</b>	<b>2.772</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,14%</b>

Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para:

Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%
	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	1.068	1.031
Nº de Admissões Durante o Período	102	66
Nº de Empregados(as) terceirizados(as)	1.944	2.259
Nº de Estagiários(as)	61	48
Nº de Empregados(as) acima de 45 Anos	306	221
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	245	224
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	21%	16%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa (**)	123	117
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	5%	7%
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	46	53

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2008, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

Em 2008, novos projetos sociais selecionados por concurso público foram apoiados pela Empresa e atenderam a população da área de concessão, sempre com o apoio dos mais de 100 colaboradores voluntários.

O Programa Bandeirante Comunidade Educação chegou ao seu sétimo ano contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino de 16 mil alunos, promovendo campanhas de arrecadação e de melhorias no ambiente escolar, enriquecendo o conteúdo pedagógico e aumentando a frequência dos alunos nas escolas.

Os trabalhos de doação de livros, apresentações teatrais e capacitação de professores também tiveram continuidade em 2008, com o Projeto Letras de Luz. A renovação do título de "Empresa Amiga da Criança", reconhecido pela Fundação Abrinq, deu à Bandeirante fôlego para continuar seus projetos voltados à criança e ao adolescente.

Ações como o Programa Energia na Comunidade, que regularizou ligações elétricas e conscientizou a população para o uso responsável da energia elétrica e o Projeto "Pipas num espaço seguro" que incentivou crianças a empinar pipas longe da rede elétrica, também merecem destaque.

Meio ambiente e Sustentabilidade

Os gastos de natureza ambiental, em 2008, foram de R\$ 5 milhões. As redes compactas de distribuição de energia elétrica, que permitem melhor convivência com a vegetação, tiveram expansão de 39% em relação ao ano anterior, somando 308 km de extensão. Nos programas de racionalização do consumo de recursos naturais o consumo específico de água por colaborador foi reduzido em 19%, o que representa economia de 8.750 mil litros.

Destaque para o levantamento aerofotogramétrico de todas as linhas de transmissão da Empresa, bem como de todas as interferências sociais e ambientais existentes em sua área de concessão. Associado ao cadastro das Unidades de Conservação realizado em 2006, as informações simplificam os estudos para expansão do sistema e subsidiam o licenciamento ambiental dos empreendimentos. Também foram emitidas, em 2008, a Licença Ambiental de Operação da ETD Dutra, no Município de Guarulhos, e a Licença Ambiental Prévia para implantação da ETD Pedreira em 2009, no Município de Itaquaquecetuba, região que vem apresentando importante crescimento na demanda de energia elétrica.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a Bandeirante continua desenvolvendo um programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

13. CERTIFICAÇÃO

Área Comercial

Alinhados às necessidades de controle e monitoramento, geradas pela estratégia de gestão integrada do grupo, o processo de Eficiência Energética foi o escolhido, na área comercial, como o primeiro a ser certificado. A certificação de processos pela norma ISO 9001:2000 ocorreu em março de 2008 e visou fundamentalmente garantir a padronização do processo, o controle de indicadores, o monitoramento da satisfação dos clientes e a melhoria contínua da qualidade.

Área Técnica

O COS da Bandeirante obteve, em dezembro de 2007, o primeiro certificado da norma ISO 9001:2000, para as atividades de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade de serviço, coletivos e individuais, de acordo com a Resolução 024/2000, da Aneel. Essa certificação atende ao parágrafo 5º do normativo citado, que estabelece a todas as concessionárias a necessidade de certificação, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (*International Organization for Standardization*) ISO 9000. O certificador Bureau Veritas recomendou a acreditação aos organismos Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao internacional Anab (*ANSI-ASQ National Accreditation Board*). Nas duas auditorias de manutenções semestrais de 2008 essa certificação foi ratificada.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2008, a Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:

- Prêmio Mogi News de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê, pelo quarto ano consecutivo, com o Programa Bandeirante Comunidade e Educação;
- Certificação de "Empresa Amiga da Criança", concedida pela Fundação Abrinq, em razão de suas ações contra o trabalho infantil e programas voltados à inserção social da criança e adolescente;
- Vencedora do Prêmio TOP Vale 2008, na categoria melhor concessionária de serviços essenciais do Vale do Paraíba;
- 2º lugar em Qualidade da Gestão (FNQ - Fundação Nacional da Qualidade) do Prêmio Abradee;
- Homenageada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Suzano, por contribuir para o desenvolvimento de importantes projetos sociais em 2008.

6) Informações Relevantes quanto ao exercício da Cidadania Empresarial

	2008	Metas 2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	38,21	37,84

Número total de acidentes de trabalho:	11	0				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) direção e empregados(as) gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	(X) direção e empregados(as) gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivar e seguirá a OIT
--------------------	----------------------------	-----------------------------	--------------------	------------------------------	--------------------------------

A previdência privada contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A Participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
--------------------------	-------------------	------------------	--------------------------	-------------------	------------------

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

( ) não se envolve	( ) apóia e incentiva	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia e incentiva	(X) organiza e incentiva
--------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------	-----------------------	--------------------------

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na Empresa 303.849	No Procon 3.319	Na Justiça 1.266	Na Empresa 300.000	No Procon 3.319	Na Justiça 1.200
---	--------------------	-----------------	------------------	--------------------	-----------------	------------------

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na Empresa 97,8%	No Procon 86,3%	Na Justiça 30%	Na Empresa 98%	No Procon 86,3%	Na Justiça 28%
--	------------------	-----------------	----------------	----------------	-----------------	----------------

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$) (**):	<b>Em 2008: 1.394.555</b>	<b>Em 2007: 1.547.579</b>
--	---------------------------	---------------------------

Distribuição do valor adicionado (DVA) (**):	72% governo	6% colaboradores(as)	14% acionistas	7% terceiros	1% retido	74% governo	5% colaboradores(as)	15% acionistas	6% terceiros	0% retido
--	-------------	----------------------	----------------	--------------	-----------	-------------	----------------------	----------------	--------------	-----------

7 - Outras Informações

(\*) Não auditado.

(\*\*) Ano de 2007 - Reclassificado (Folha de Pagamento Bruta e Valor Adicionado a Distribuir).

(\*\*\*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

17. AGRADECIMENTOS

A Administração da Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e aos membros do Conselho de Administração pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos correntes e inovadores que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Bandeirante.



## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007 Reclassificado
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	5	129.091	241.664
Consumidores e concessionárias	6	347.271	338.410
Impostos e contribuições sociais	9	97.966	114.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	79.022	100.377
Estoques		4.461	3.768
Cauções e depósitos vinculados	12	14.152	242
Despesas pagas antecipadamente	7	464	2.733
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	64.555	113.463
Outros créditos	13	69.720	19.013
		<u>806.702</u>	<u>934.048</u>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Consumidores e concessionárias	6	101.419	96.210
Impostos e contribuições sociais	9	18.525	19.878
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	203.526	256.147
Partes relacionadas	11	1.961	1.589
Cauções e depósitos vinculados	12	48.270	36.648
Despesas pagas antecipadamente	7	1	7
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	48.237	8.170
Outros créditos	13	9.825	4.265
		<u>431.764</u>	<u>422.914</u>
		681	681
<b>Investimentos</b>	14	955.212	909.327
<b>Imobilizado</b>	15	56.332	58.481
<b>Intangível</b>		<u>1.012.225</u>	<u>968.489</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>2.250.691</b></u>	<u><b>2.325.451</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2008	2007 Reclassificado
<b>Receita operacional</b>			
Fornecimento de energia elétrica		1.208.575	1.231.622
Disponibilização do sistema de distribuição		1.731.197	1.782.867
Outras receitas operacionais		36.260	31.096
	24	<u>2.976.032</u>	<u>3.045.585</u>
<b>Dedução da receita operacional</b>			
Subvenção - CCC e CDE		(191.185)	(287.135)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética		(20.586)	(21.019)
Quota para reserva global de reversão		(15.483)	(14.732)
Encargo de capacidade emergencial			5
Impostos e contribuições sobre a receita		(678.297)	(729.618)
		<u>(905.551)</u>	<u>(1.052.499)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<u><b>2.070.481</b></u>	<u><b>1.993.086</b></u>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.088.344)	(981.844)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(280.279)	(267.056)
	25	<u>(1.368.623)</u>	<u>(1.248.900)</u>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(56.074)	(62.341)
Materiais e serviços de terceiros		(59.547)	(61.347)
Depreciações e amortizações		(81.717)	(84.922)
Outros custos de operação		(18.623)	(20.536)
	25	<u>(215.961)</u>	<u>(229.146)</u>
		<u>(1.584.584)</u>	<u>(1.478.046)</u>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	25	<u>(15.269)</u>	<u>(994)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u><b>470.628</b></u>	<u><b>514.046</b></u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas		(40.470)	(64.387)
Despesas gerais e administrativas		(96.790)	(105.975)
Depreciações e amortizações		(5.921)	(2.801)
Outras despesas operacionais		(13.764)	(13.355)
	25	<u>(156.945)</u>	<u>(186.518)</u>
		<u>313.683</u>	<u>327.528</u>
<b>Resultado do serviço</b>		<u>73.684</u>	<u>76.587</u>
Receitas financeiras		(135.788)	(136.727)
Despesas financeiras		(62.104)	(60.140)
<b>Resultado financeiro</b>	26	<u>(62.104)</u>	<u>(60.140)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u><b>251.579</b></u>	<u><b>267.388</b></u>
Outras receitas		3.290	1.874
Outras despesas		(6.113)	(7.858)
<b>Outros resultados</b>		<u>(2.823)</u>	<u>(5.984)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(15.544)	(40.604)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(73.976)	(28.461)
	27	<u>(89.520)</u>	<u>(69.065)</u>
<b>Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>		<u><b>159.236</b></u>	<u><b>192.339</b></u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	26	46.480	48.579
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>205.716</b></u>	<u><b>240.918</b></u>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<u><b>5,26</b></u>	<u><b>6,16</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2007</b>						
Ajuste de exercícios anteriores					(24.850)	(24.850)
Lucro líquido do exercício					240.918	240.918
Dividendos propostos					(231.333)	(231.333)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007 - (Reclassificado)</b>	23	<u><b>254.628</b></u>	<u><b>334.728</b></u>	<u><b>175.675</b></u>	<u><b>(15.265)</b></u>	<u><b>749.766</b></u>
Reversão de dividendos					776	776
Lucro líquido do exercício					205.716	205.716
Destinação do lucro					(191.227)	(191.227)
Dividendos propostos					(85.000)	(85.000)
Dividendos intermediários						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	23	<u><b>254.628</b></u>	<u><b>334.728</b></u>	<u><b>90.675</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>680.031</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**  
Bandeirante Energia S.A., Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
- Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 20 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.  
Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008 e 2007, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.  
A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificaram a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.  
Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.
- Resumo das principais práticas contábeis**  
**3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07**  
A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 que é o ponto de partida para a contabilização dos efeitos das modificações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros acumulados.  
Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente representando as demonstrações financeiras de 2007.  
Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação que originaram esses ajustes, o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 decorrentes da adoção da referida legislação.

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007 Reclassificado
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	208.741	211.443
Encargos de dívidas	18	1.804	2.081
Impostos e contribuições sociais	9	131.848	139.706
Dividendos		184.255	224.823
Debêntures	17	94.316	8.384
Empréstimos e financiamentos	18	74.535	93.932
Benefícios pós-emprego	19	27.036	17.525
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	53.408	50.928
Obrigações estimadas com pessoal	20	20.756	20.769
Encargos regulamentares e setoriais	21	64.785	61.502
Provisões para contingências	22	5.255	1.336
Outras contas a pagar	13	104.649	60.513
		<u>971.388</u>	<u>892.942</u>
<b>Não Circulante</b>			
Fornecedores			199
Debêntures	17	166.075	248.900
Empréstimos e financiamentos	18	187.501	188.926
Benefícios pós-emprego	19	63.678	82.774
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	7.572	11.479
Partes relacionadas	11	619	474
Provisões para contingências	22	123.095	113.790
Reserva para reversão e amortização	3.2.o	17.248	17.248
Outras contas a pagar	13	33.484	18.953
		<u>599.272</u>	<u>682.743</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	23	254.628	254.628
Reservas de capital	23	334.728	334.728
Reservas de lucros	23	90.675	175.675
Lucros (Prejuízos) acumulados			(15.265)
		<u>680.031</u>	<u>749.766</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>2.250.691</b></u>	<u><b>2.325.451</b></u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007 Reclassificado
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	205.716	240.918
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	35.500	34.512
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	73.976	28.461
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(1.316)	
Depreciações e amortizações	87.638	87.723
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	3.394	1.967
Despesas pagas antecipadamente e CVA	237	(19.066)
Fornecedores	(7.291)	(14.168)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	71.440	89.102
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371	(1.765)	(1.572)
Provisões para contingências	19.046	6.084
Provisão para créditos liquidação duvidosa sobre outros créditos		11.260
Encargos regulamentares e setoriais	23.622	24.887
Outras	(1.849)	(570)
	<u>498.348</u>	<u>489.538</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(49.570)	28.852
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica		9
Impostos e contribuições sociais compensáveis	17.765	3.226
Estoques	(693)	(257)
Cauções e depósitos vinculados	(23.683)	(2.813)
Despesas pagas antecipadamente e CVA	3.702	167.430
Outros créditos	(54.951)	(3.567)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	4.390	13.501
Impostos e contribuições sociais correntes	(7.858)	(23.565)
Devolução tarifária	3	
Obrigações estimadas com pessoal	(13)	(5.998)
Provisões para contingências	(5.822)	
Outras obrigações	38.828	(50.930)
	<u>420.446</u>	<u>615.426</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
<b>Atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(160.089)	(173.498)
Obrigações vinculadas à concessão	25.321	19.768
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<u><b>(134.768)</b></u>	<u><b>(153.730)</b></u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	227	(11.631)
Dividendos pagos	(309.046)	(43.567)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos	75.285	66.880
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(164.717)	(313.633)
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u><b>(398.251)</b></u>	<u><b>(301.951)</b></u>
<b>(Redução) Aumento nas disponibilidades</b>	<u><b>(112.573)</b></u>	<u><b>159.745</b></u>
Disponibilidades no final do exercício	129.091	241.664
Disponibilidades no início do exercício	241.664	81.919
	<u><b>(112.573)</b></u>	<u><b>159.745</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007 Reclassificado
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita operacional	2.945.781	2.990.116
Receita operacional	2.976.032	3.045.585
Outras receitas	3.290	1.874
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(33.541)	(57.343)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u><b>(1.537.272)</b></u>	<u><b>(1.426.069)</b></u>
Custos da energia comprada	(1.088.344)	(981.844)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(280.279)	(267.056)
Materiais	(21.374)	(12.012)
Serviços de terceiros	(102.262)	(113.041)
Outros custos operacionais	(45.013)	(52.116)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u><b>1.408.509</b></u>	<u><b>1.564.047</b></u>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(87.638)	(87.723)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>1.320.871</u>	<u>1.476.324</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	73.684	76.587
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><b>1.394.555</b></u>	<u><b>1.552.911</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	64.781	65.311
Benefícios	20.606	15.839
FGTS	5.822	2.936
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	465.524	595.280
Estaduais	534.475	551.307
Municipais	5.261	613
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	89.015	76.262
Aluguéis	3.355	4.445
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	46.480	48.579
Dividendos	144.747	182.754
	<u>1.380.066</u>	<u>1.543.326</u>
Lucros retidos - Ajustes de exercícios anteriores	14.489	9.585
	<u><b>1.394.555</b></u>	<u><b>1.552.911</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.1.1 - Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2007  
Data da transição - 01/01/2007

	31/12/2006	Ajustes	Saldos
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>765.031</b>	<b>(24.850)</b>	<b>740.181</b>
Capital social	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos intangíveis que não atendiam aos requisitos do Pronunciamento específico foram baixados contra lucros acumulados. Outros ativos intangíveis que atendem aos requisitos do Pronunciamento específico, mas que não haviam sido registrados anteriormente como ativo, não foram reconhecidos.

**Ajustes a valor presente - CPC 12 e Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008**

Determinadas contas a receber de curto e longo prazos foram ajustadas ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada, com base no saldo inicial da data de transição conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Os efeitos dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros acumulados, e os relativos a transações realizadas após esta data em contrapartida ao resultado do exercício.

**Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	2008	2007
<b>Lucro do exercício findo em 31 de dezembro</b>	<b>205.716</b>	<b>240.918</b>
<b>Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08</b>		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(6.479)	(9.190)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(1.647)	(2.419)
Ajustes a valor presente de contas a receber	(1.316)	(2.913)
<b>Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL</b>	<b>3.895</b>	<b>4.937</b>
<b>Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)</b>	<b>200.169</b>	<b>231.333</b>
<b>Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08</b>	<b>(5.547)</b>	<b>(9.585)</b>
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	<b>680.031</b>	<b>749.766</b>
		24.850
	(5.547)	(9.585)

**Patrimônio líquido em 31 de dezembro**

Ajustes na data da transição reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados

Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado

**Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

**3.2 - Demais práticas contábeis**

**a) Disponibilidades (Nota 5)**

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, representando seu valor justo.

**b) Consumidores e concessionárias (Nota 6) incluem:**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores da Companhia com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 6.3);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

<b>Clientes da Classe</b>	<b>Vencidos há mais de</b>
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

**c) Estoques**

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos e obras são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

**d) Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" - CVA (Nota 8)**

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nºs 296 e 116, de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

**e) Investimentos**

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

**f) Imobilizado (Nota 14)**

Registração ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAAE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento (quando aplicável) foi adotado até o ano de 1997, para os juros sobre o capital próprio contabilizados e que financiaram as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Principais taxas de depreciação praticada na Distribuição embasamento: Resolução ANEEL nºs 02 e 15 de 1997 e 240 de 2006.

<b>Atividade de distribuição</b>			
<b>Tipo de equipamento</b>	<b>%</b>	<b>Tipo de equipamento</b>	<b>%</b>
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kV	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69kV	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69kV	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69kV	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69kV	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69kV	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kV	5,0	Condutor igual ou superior a 69kV	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kV	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kV	4,8

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (outubro de 2007) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço vinculados ao sistema elétrico de distribuição de energia elétrica e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia adota o procedimento de capitalização da parcela de 10% dos gastos com a administração central, com base nos custos diretos de pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso (nota 14.2), principalmente as relacionadas com os acréscimos ao Ativo imobilizado em curso, registrando em contrapartida, por transferência, à crédito da Demonstração do resultado - Despesas operacionais - Gerais e administrativas. Nos termos da regulamentação tarifária vigente, esses gastos são reconhecidos como custos adicionais indiretos incorporáveis ao ativo imobilizado, integrantes da Base de remuneração regulatória e portanto são computados na base de cálculo das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

**g) Ativo intangível (Nota 15)**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição; e
- Âgio incorporação - Refere-se a parcela cindida do ágio de incorporação da anterior Controladora da Companhia, decorrente da aquisição de ações da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia (Notas 10.2 e 15).

**h) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**i) Fornecedores (Nota 16)**

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica.

As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço, conforme CPC 14.

**j) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 17 e 18)**

Os empréstimos e financiamentos e debêntures em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício.

**k) Provisões para contingências (Nota 22)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**l) Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 09, 10 e 27)**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 cuja opção será confirmada quando da entrega da declaração de rendas.

**n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)**

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2008.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

**o) Reserva para reversão e amortização**

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), que a Companhia aplicou na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão são cobrados juros de 5% a.a. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

**p) Lucro por ação**

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

**q) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

**r) Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

**s) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

**t) Redução ao valor recuperável**

Os ativos, do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**u) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
 

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado
 

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Outros
 

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.
- Instrumentos financeiros derivativos
 

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

**v) Moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**4. Ativos e passivos regulatórios**

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2007</b>
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Programa luz para todos	71	1.386		
Outros ativos regulatórios	21.702	8.004	4.263	1.176
Outros créditos (Nota 13)				
Modicidade baixa renda	49.502	202		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 7)				
PIS e COFINS - majoração de alíquota		1.240		
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"		75.802		
CVA - ativa	64.555	37.661	48.237	8.170
Total de ativos regulatórios	<u>135.830</u>	<u>124.295</u>	<u>52.500</u>	<u>9.346</u>
Fornecedores (Nota 16)				
Energia livre	(554)	(11.580)		
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"	(21.078)			
CVA - passiva	(32.330)	(50.928)	(7.572)	(11.479)
Outras contas a pagar (Nota 13)				
Modicidade baixa renda	(47.766)	(127)		
Outros passivos regulatórios	(4.308)	(4.610)	(13.455)	
Total de passivos regulatórios	<u>(106.036)</u>	<u>(67.245)</u>	<u>(21.027)</u>	<u>(11.479)</u>
Total ativos (-) passivos regulatórios	<u>29.794</u>	<u>57.050</u>	<u>31.473</u>	<u>(2.133)</u>

**4.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Parcela "A"**

<b>Item</b>	<b>Número do instrumento de homologação</b>	<b>Valor homologado</b>	<b>Remuneração acumulada</b>	<b>Valor amortizado</b>	<b>Saldo a amortizar</b>
				<b>31/12/2008</b>	<b>31/12/2007</b>
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 01/04	61.521	103.897	(186.496)	(21.078)

A RTE - Recomposição tarifária extraordinária, refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda ), rurais e iluminação pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras e ressarcir os custos com Energia livre suprida nas geradoras, durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 e, para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da Parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001.

Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre em 31 de março de 2007, e com amparo na Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, iniciou-se em abril de 2007 a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", cujo o saldo a receber foi amortizado integralmente em setembro de 2008 e a partir do reajuste tarifário de 23 de outubro de 2008 foi suprimido a cobrança relativa a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. Para os valores de RTE destinados a amortizar Parcela "A" e cobrados dos consumidores durante esse intervalo até a data do reajuste tarifário anual em 23 de outubro de 2008, foi registrado um passivo cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$21.078, a ser incluído no reajuste tarifário de 2009, para devolução aos consumidores.

Em decorrência das diferenças de critérios de amortização da Perda de Receita e da Energia livre conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, a Companhia formulou consulta a ANEEL solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos de amortização da Parcela "A" de 2001 no tocante a inclusão ou não do PIS e CONFINS.

**4.2 - Reajuste tarifário de 2008**

Em reunião pública ocorrida em 21 de outubro de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição, em 14,48% para o período de outubro/08 a setembro/09, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc).

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 15,14%, sendo 15,45% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3kV) e de 14,82% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3kV).

No processo de reajuste tarifário de concessionárias de distribuição, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

Na composição do reajuste



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo	Saldo
						líquido em 31/12/2008	líquido em 31/12/2007
<b>Circulante</b>							
<b>Consumidores</b>							
Fornecimento faturado							
Residencial	46.388	45.242	16.457	108.087	(19.461)	88.626	92.921
Industrial	2.265	3.834	8.817	14.916	(5.042)	9.874	16.764
Comércio, serviços e outras atividades	5.400	6.277	13.249	24.926	(11.341)	13.585	20.836
Rural	700	467	74	1.241		1.241	1.150
<b>Poder Público</b>							
Federal	1.692	158	144	1.994	(80)	1.914	3.524
Estadual	2.346	94	269	2.709	(215)	2.494	2.670
Municipal	1.381	1.532	4.530	7.443	(584)	6.859	7.323
Iluminação Pública	3.569	1.726	5.630	10.925	(421)	10.504	10.239
Serviço Público	968	4.899	3.544	9.411	(16)	9.395	13.372
Fornecimento não faturado	147.985			147.985		147.985	131.966
Parcelamentos de débitos	27.758	3.305	10.841	41.904	(17.030)	24.874	18.792
(-) Ajuste a valor presente	2.117			2.117		2.117	380
Outros ativos regulatórios	15.729			15.729		15.729	6.056
	<u>258.298</u>	<u>67.534</u>	<u>63.555</u>	<u>389.387</u>	<u>(54.190)</u>	<u>335.197</u>	<u>325.993</u>
<b>Concessionárias</b>							
Energia de curto prazo	160			160		160	1.813
Encargos de uso da rede elétrica	1.417			1.417		1.417	4.373
Ativos regulatórios	6.044			6.044		6.044	3.334
Outros créditos	4.453			4.453		4.453	2.897
	<u>12.074</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.074</u>	<u>-</u>	<u>12.074</u>	<u>12.417</u>
Total Circulante	<u>270.372</u>	<u>67.534</u>	<u>63.555</u>	<u>401.461</u>	<u>(54.190)</u>	<u>347.271</u>	<u>338.410</u>
<b>Não circulante</b>							
<b>Consumidores</b>							
Fornecimento faturado							
Industrial	17.764			17.764		17.764	24.182
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
<b>Poder público</b>							
Municipal	3			3		3	12
Parcelamentos de débitos	57.383			57.383		57.383	49.983
(-) Ajuste a valor presente	(10.250)			(10.250)		(10.250)	(9.828)
Outros ativos regulatórios	4.263			4.263		4.263	1.176
	<u>69.217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.217</u>	<u>-</u>	<u>69.217</u>	<u>65.579</u>
<b>Concessionárias</b>							
Energia de curto prazo	12.033			12.033		12.033	10.462
Outras	20.169			20.169		20.169	20.169
	<u>32.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.202</u>	<u>-</u>	<u>32.202</u>	<u>30.631</u>
Total Não Circulante	<u>101.419</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.419</u>	<u>-</u>	<u>101.419</u>	<u>96.210</u>

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCCE. Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

## 6.2 - Concessionárias - outros

Os valores de R\$20.169 (R\$20.169 em 2007) no Ativo não circulante e de R\$18.953 (R\$18.953 em 2007) no Passivo Circulante e não circulante (Nota 13), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão, parcial da Companhia realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

## 6.3 - Ajustes a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo Pronunciamento CPC 12, foi calculado com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2008 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 2007), afetando o resultado do exercício positivamente em R\$1.316 em 31 de dezembro 2008 e ajuste negativo no patrimônio líquido em R\$9.448 referente a dezembro de 2007.

## 7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
PIS e COFINS - majoração de alíquota			1.240	
Outros	464	1.493	1	7
Total	<u>464</u>	<u>2.733</u>	<u>1</u>	<u>7</u>

## 7.1 - PIS e COFINS - majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros foram repassados às tarifas.

## 8 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

Período	Ativo		Passivo			
	Circulante 31/12/2008	Não circulante 31/12/2007	Circulante 31/12/2008	Não circulante 31/12/2007	Circulante 31/12/2008	Não circulante 31/12/2007
De 01/01/2001 a 25/10/2001		75.802			21.078	
De 24/09/2005 a 23/09/2006		3.683			1.071	
De 24/09/2006 a 23/09/2007	6.635	31.692			10.728	46.031
De 24/09/2007 a 23/09/2008	57.920	2.286	680	8.170	21.602	3.826
De 24/09/2008 a 31/12/2008			47.557		7.572	
	<u>64.555</u>	<u>113.463</u>	<u>48.237</u>	<u>8.170</u>	<u>53.408</u>	<u>50.928</u>
					<u>7.572</u>	<u>11.479</u>
						<u>11.479</u>

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura consideradas nas tarifas de energia elétrica, são apropriados de acordo com o regime de competência, no Ativo e/ou Passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza.

A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2007		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2008	
	31/12/2007	Apropriação	monetária	Amortização	31/12/2008	31/12/2007
Parcela "A"	75.802		2.552	99.432	(21.078)	
CVA	(16.576)	77.388	13.662	1.584	72.890	
Total	<u>59.226</u>	<u>77.388</u>	<u>16.214</u>	<u>101.016</u>	<u>51.812</u>	

Parcela "A": de 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.1.

## 9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<b>Ativo - compensáveis</b>				
Imposto de renda e contribuição social	49.056	73.927		
ICMS	14.811	23.087	18.525	19.878
PIS e COFINS	10.640	9.658		
PIS e COFINS - COSIT 27	18.504			
Outros	4.955	7.706		
Total	<u>97.966</u>	<u>114.378</u>	<u>18.525</u>	<u>19.878</u>
<b>Passivo - a recolher</b>				
Imposto de renda e contribuição social	35.511	38.099		
ICMS	60.206	60.727		
PIS e COFINS	25.172	21.905		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.972	7.287		
Outros	3.987	11.688		
Total	<u>131.848</u>	<u>139.706</u>		

A Companhia efetuou o registro dos créditos extemporâneos de PIS/COFINS no montante de R\$18.504 decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu, no passivo Circulante na rubrica outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Notas 4 e 13).

## 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
IR sobre prejuízos fiscais	27.658		16.514	47.522
CSLL sobre base negativa	9.957	685	11.625	22.021
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias	31.477	88.345	36.377	35.781
IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	3.113	3.279	24.900	29.512
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	6.322	6.316	108.878	115.200
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	495	1.752	5.232	6.111
Total	<u>79.022</u>	<u>100.377</u>	<u>203.526</u>	<u>256.147</u>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2017	Total Não circulante
	143.203	48.610	5.491	4.798	375	1.049	203.526

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2008, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2009. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

**10.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017. A parcela relativa ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução equivalente a 20% em relação a folha de salários-base corresponde à proporção dos recursos destinados ao saldamento dos participantes ativos.**

**10.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaul - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaul na aquisição de ações da Companhia, está tendo uma realização anual média do crédito fiscal de R\$6.063 até o ano de 2027 (Notas 3.2 e 15).**

**10.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 10.1 e 10.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.**

## 11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	2008	2007
<b>Outros créditos</b>						
Enerpeixe	162	162	-	-	-	-
	<u>162</u>	<u>162</u>				
<b>Partes relacionadas</b>						
EDP Energias do Brasil	371	182	351	124		
Energest	275	70				
Enerpeixe	475					
Energul		556		204		
Enertrade	132	97				
Escelsa	708	684	268	146		
	<u>1.961</u>	<u>1.589</u>	<u>619</u>	<u>474</u>		
<b>Fornecedores</b>						
CESA			9	13	(74)	(88)
EDP Lajeado			5.359	3.522	(12.655)	(11.167)
Energest			190	124	(1.760)	(1.123)
Enerpeixe			17.062	15.951	(179.329)	(167.208)
Enertrade						(2.751)
Investco			109	100	(1.392)	(1.168)
			<u>22.729</u>	<u>19.710</u>	<u>(195.210)</u>	<u>(183.505)</u>
Total	<u>2.123</u>	<u>1.751</u>	<u>23.348</u>	<u>20.184</u>	<u>(195.210)</u>	<u>(183.505)</u>

**Partes relacionadas** - referem-se a compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP Energias do Brasil S.A. e a partir de 2007 com a Escelsa, Energest, Enertrade e com a anterior coligada Energul até 31 de agosto de 2008, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007.

## Fornecedores

**EDP Lajeado** - Em 9 de novembro de 2001, a Companhia firmou os seguintes contratos de compra e venda de energia elétrica com a EDP Lajeado Energia S.A., para início de suprimento em 1º de dezembro de 2001 e término em 31 de dezembro de 2013. O contrato foi homologado pela ANEEL em 28 de agosto de 2002, através do Ofício nº 827/2002-SFF/ANEEL. Em 18 de outubro de 2002 foi firmado o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica alterando a data base de reajuste para o dia 23 de outubro de cada ano.

**Enerpeixe** - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou os seguintes contratos de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, a saber:

1) Contrato homologado pela ANEEL em 06 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.  
2) Firmado inicialmente entre: Enerpeixe S.A. e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Companhia. Em 15 de dezembro de 2003 a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Companhia, conforme previsão do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do mesmo. A cessão do contrato foi aprovada pela ANEEL em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/ANEEL.

**Investco** - Em 1º de agosto de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Investco S.A., para início de suprimento em 1º de março de 2002 e término em 15 de dezembro de 2032. O contrato foi homologado pela ANEEL em 14 de abril de 2003, através do Ofício nº 494/2003-SFF/ANEEL.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

## 12 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Depósitos judiciais (Nota 22)	14.152	242	41.787	30.837
Cauções e depósitos vinculados			6.483	5.811
	<u>14.152</u>	<u>242</u>	<u>48.270</u>	<u>36.</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15 - Ativo intangível**

**Em curso e em serviço**

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2008			31/12/2007
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	18,94	29.205	(24.242)	4.963	10.031
Serviço permanente		4.654		4.654	1.690
		33.859	(24.242)	9.617	11.721
Comercialização					
Software	19,99	53.028	(49.973)	3.055	13.480
		53.028	(49.973)	3.055	13.480
Administração					
Software	11,83	54.844	(26.492)	28.352	7.458
		54.844	(26.492)	28.352	7.458
Total do Intangível em serviço		141.731	(100.707)	41.024	32.659
Intangível em curso					
Distribuição		278		278	484
Comercialização		793		793	627
Administração		14.237		14.237	24.711
Total do intangível em curso		15.308		15.308	25.822
Total intangível		157.039	(100.707)	56.332	58.481

A movimentação do ativo intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2007		Transferência para serviço	Valor líquido em 31/12/2008	
	Ingressos			Amortizações	Baixas
Em serviço	32.659		30.208	(21.769)	(74)
Em curso	25.822	16.438	(26.911)	(41)	15.308
	58.481	16.438	3.297	(21.769)	(115)

Serviço permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas. Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

**Ágio - Incorporação de Controladora**

	31/12/2008	31/12/2007
Atividades não vinculadas à concessão		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	460.584	460.584
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(460.584)	(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	121.760	103.185
(-) Amortização acumulada do ágio	(121.760)	(103.185)
	-	-

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura, como direito de concessão, amortizado pelo período remanescente da respectiva concessão, cujo teste de recuperabilidade efetuada no exercício de 2008, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida. (Notas 3.2.g e 10).

**16 - Fornecedores**

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Suprimento de energia elétrica	117.365	123.162		
Energia livre	554	11.580		
Operações na CCEE	27.770	5.043		
Encargos de uso da rede elétrica	33.261	26.706		
Materiais e serviços	29.791	44.952		199
Total	208.741	211.443		199

**17 - Debêntures**

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografia), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de março de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de março de 2011. A colocação foi concluída em 7 de abril de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de março de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vencida durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- (iv) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processo da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- (vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstos nos contratos de debêntures.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2010	82.825
2011	83.250
Total	166.075

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Saldo em 31 de dezembro de 2007		8.384		248.900
Encargos e atualizações monetárias		31.337		
Amortizações		(28.738)		
Transferências para o circulante		82.825		(82.825)
Amortização dos custos da transação		508		
Saldo em 31 de dezembro de 2008		94.316		166.075

**18 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas**

	31/12/2008			31/12/2007		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira						
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4% a.a. ou 4,375% a.a.	531	27.054	34.100	1.130	47.556
Amortização do custo da transação	+ variação cambial		(1.438)	(3.116)		(1.438)
		531	25.616	30.984	1.130	46.118
Moeda nacional						
BNDES - CVA				18	2.070	2.572
Eletrobrás	5% a.a.+1% a					
	1,5% a.a. (taxa adm.)		1.053	9.340	96	996
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	918	20.400	81.600	764	102.000
Juros s/fundo reversão	5% a.a.	73			73	
BNDES FINAME	de 4% a.a. a 5% a.a. acima da TJLP	12	1.565	1.015		
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	135	5.929	26.683		
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	135	5.929	26.683		
		1.273	34.876	145.321	951	3.066
Resultado dos Swaps						
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	de 97,94% a 118,94% do CDI		12.688	11.196	39.600	31.501
JP Morgan	de 59,80% a 71,60% do CDI				4.696	949
	79,94% do CDI				452	452
Citibank					44.748	32.902
					93.932	188.926
Total		1.804	74.535	187.501	2.081	248.900

**BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento** - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e
- (ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco JP Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

**Eletrobrás**

(i) Programa Reluz

- a) Contrato firmado em 09 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$391, em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 a taxa de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- c) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$295 em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Luz para Todos

- a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2009 e a última em 30 de setembro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

**Cédulas de Crédito Bancário** - Contratos firmados em 05 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

**BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil** - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

**BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander** - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

**Resultado dos swaps**

Essas operações financeiras estão valorizadas pelo valor justo, conforme descritas nas notas 3.2.u e 30 (instrumentos financeiros).

*Swap* JP Morgan - Operação de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de €12.720 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,8%.

Operações de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009.

*Swap* Citibank - Operações de *hedge* junto ao Banco Citibank com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de US\$490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Circulante			
2009	36.149	40.190	76.339
	36.149	40.190	76.339
Não circulante			
2010	34.628	19.722	54.350
2011	33.613	18.037	51.650
2012	33.613	4.421	38.034
2013	33.529		33.529
2014	7.041		7.041
2015	1.088		1.088
2016	789		789
Após 2016	1.020		1.020
	145.321	42.180	187.501
Total	181.470	82.370	263.840

**19 - Benefícios pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente os seguintes planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, administrados pelas entidades a saber:

**19.1 - Fundação Cesp**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
BSPS - Reservas a amortizar	21.003	13.669	63.678	82.774
Outras	6.033	3.856		
Total	27.036	17.525	63.678	82.774

A Companhia é patrocinadora da Fundação CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Saldado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características:

- (i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$84.681, apurado em 31 de dezembro de 2008, de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

- (ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

- Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

	2008	2007
Participantes ativos	948	1.052
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	149	156
Aposentados e pensionistas	487	425
	636	581
Total	1.584	1.633

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$16.648 (R\$16.413 em 2007), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Companhia - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2009, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente		983
Custos dos juros		46.591
Rendimentos esperados dos ativos		(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados		(2.608)
Total		10.217

**19.2 - EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil**

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$140.

Esse plano tem a adesão de 40 colaboradores.

**20 - Obrigações estimadas com pessoal**

	31/12/2008	31/12/2007
Folha de Pagamento	17.914	18.226
INSS e FGTS	2.842	2.543
Total	20.756	20.769

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2008.

**21 - Encargos regulamentares e setoriais**

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2008	31/12/2007
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.429	1.256
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	13.180	7.604
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.851	8.864
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	3.699	3.989
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.781	17.446
Programa de eficiência energética - PEE	21.421	21.934
Taxa de fiscalização - ANEEL	424	409
Total	64.785	61.502

**22 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - circulante e não circulante**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo		
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	11.938	9.367	(5.240)	(2.675)	13.390	5.701	3.254
Cíveis	40.349	9.107	(582)	(1.342)	47.532	7.600	3.861
Fiscais	62.839	4.589			67.428	28.486	23.722
Total	115.126	23.063	(5.822)	(4.017)	128.350	41.787	30.837
Circulante	1.336				5.255		
Não circulante	113.790				123.095	41.787	30.837
Total	115.126				128.350	41.787	30.837

**22.1 - Trabalhistas**

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Companhia, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

**22.2 - Cíveis**

Refere-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$41.450 (R\$37.116 em 2007).

Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais.

**22.3 - Fiscais****22.3.1 - COFINS**

A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1%, em 31 de dezembro de 2008 é de R\$55.915 (R\$53.298 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$16.427 (R\$15.468 em 31 de dezembro de 2007).

**22.3.2 - Imposto de renda**

Contestação da indedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002. A provisão em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.764 (R\$8.254 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor da respectiva provisão.

**22.4 - Risco de perda possível**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisões nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	5.233	4.250
Cíveis	4.534	5.235
Fiscais	66.058	68.318
Total	75.825	77.803

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$198. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

**23 - Patrimônio líquido****23.1 - Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.

**23.2 - Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	205.716	231.333
Ajuste de exercícios anteriores	(15.265)	
Dividendos prescritos	776	
Lucro líquido ajustado	191.227	231.333

**Destinação do lucro:**

Dividendos		
Dividendos intermediários - JSCP	46.480	48.579
Dividendos complementares	144.747	182.754
Dividendos por ação - JSCP	0,001189	0,001243
Dividendos complementares por ação ordinária	0,003703	0,004675

Através de Assembléia Geral Extraordinária de 3 de outubro de 2008 os acionistas da Companhia aprovaram a proposta do Conselho de Administração da Companhia de distribuição de parcela de lucros retidos, a débito da conta de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$85.000 tendo sido pago em 6 de outubro de 2008, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção desse montante.

Em 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$46.480, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

No exercício de 2008 e 2007, a Companhia optou por não constituir a Reserva legal, de acordo com o facultado pelo artigo 193 § 1º da Lei 6.404/76.

**23.3 - Reservas**

	31/12/2008	31/12/2007
Reservas de capital		
Doações e subvenções para investimento	177.342	177.342
Incentivos fiscais	787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	156.599	156.599
Total	334.728	334.728
Reservas de lucros		
Legal	23.120	23.120
Retenção de lucros	67.555	152.555
Total	90.675	175.675

**23.3.1 - Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados às Assembleias Gerais Ordinárias.

**24 - Receita operacional líquida**

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	1.318.912	1.283.265	2.814.965	2.639.558	1.002.168	1.050.599
Industrial	9.587	8.949	3.101.231	2.960.687	848.752	837.255
Comércio, serviços e outras atividades	92.030	91.455	1.626.121	1.545.253	525.080	547.968
Rural	8.215	8.079	101.298	98.373	17.751	18.943
Poder público	7.425	7.208	278.662	260.976	87.998	90.463
Iluminação pública	1.474	1.365	305.401	309.484	58.951	66.451
Serviço público	1.008	981	238.474	230.892	55.140	58.142
Consumo próprio	92	85	4.821	5.053		
Total do fornecimento faturado	1.438.743	1.401.387	8.470.973	8.050.276	2.595.840	2.669.821

(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial						(5.540)
Industrial						(11.072)
Comércio, serviços e outras atividades						(7.843)
Rural						(120)
Poder público						(1.193)
Iluminação pública						(229)
Serviço público						(987)
Consumo próprio					1.145	(392)
					1.145	(27.376)

**(-) ICMS**

Residencial					(196.407)	(201.818)
Industrial					(152.606)	(151.963)
Comércio, serviços e outras atividades					(93.750)	(98.707)
Rural					(557)	(579)
Poder público					(10.919)	(11.216)
Iluminação pública					(10.364)	(11.672)
Serviço público					(10.305)	(10.855)
Consumo próprio					(474.908)	(486.810)

Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					2.122.077	2.155.635
Fornecimento não faturado					16.018	(6.895)
Devolução tarifária					(18.503)	
PIS e COFINS das geradoras						6.517
Outras receitas regulatórias					1.975	(21.506)
Modicidade baixa renda					1.097	6.702
ECE e EAEEE					(37)	(118)
(-) ICMS s/ECE e EAEEE					(5)	93
					2.122.622	2.140.428

Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.388.960)	(1.395.523)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					253.391	255.800
Total fornecimento de energia elétrica					987.053	1.000.705

Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	72	74	5.082.888	5.218.005	342.237	387.344
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(59.562)	(64.590)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.388.960	1.395.523
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(253.391)	(255.800)
					1.418.244	1.462.477

Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					(336)	6.989
Serviços taxados e outros					36.596	24.107
Total outras receitas operacionais					36.260	31.096
					2.441.557	2.494.278

(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(20.586)	(21.019)
CCC					(76.871)	(169.423)
CDE					(114.314)	(117.712)
RGR					(15.483)	(14.732)
PIS/COFINS					(143.138)	(178.168)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE						5
ISS					(684)	(143)
					(371.076)	(501.192)
Total	1.438.815	1.401.461	13.553.861	13.268.281	2.070.481	1.993.086

(*) não auditado						
------------------	--	--	--	--	--	--

**25 - Gastos operacionais**

	Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ. Outras	2008	2007
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Itaipu	242.928					242.928	362.109
Leilão	285.721					285.721	237.718
PROINFRA	32.306					32.306	24.022
Energia de curto prazo - CCEE	123.145					123.145	12.236
Outros supridores	304.631					304.631	283.760
Efeito líquido da CVA	99.613					99.613	61.999
Encargos de uso da rede elétrica							
Encargo de uso e conexão	267.334					267.334	261.052
Encargo de serviços do sistema							



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2008
Subestações	343.000
Prédios e conteúdos (próprios)	13.419
Prédios e conteúdos (terceiros)	15.329
Responsabilidade civil	5.724
Transportes (materiais)	18.000
Transportes (veículos)	1.300
Acidentes Pessoais	87.192

30 - Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

30.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros, etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

A Administração avalia que, com base em ferramentas estatísticas de análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2008, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos (*hedged item*). Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, encontram-se apresentados na nota 3.1.

30.2 - Riscos operacionais

30.2.1 - Risco de crédito

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado, principalmente, por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

30.2.2 - Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui, conforme descrito nas notas 17 e 18, debêntures e contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

30.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoelétricas. Numa situação extrema, como ocorreu no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

30.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Numeração disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e Eletrobrás - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizado pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia elétrica, indexados a TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto aos Bancos do Brasil e Santander - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F. Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira junto ao BID - são classificados como passivos financeiros e estão mensurados inicialmente, na data da transação, pela taxa cambial da moeda funcional e convertidos a taxa de fechamento no balanço patrimonial, e os efeitos cambiais são registrados no Resultado financeiro.

Debêntures em moeda nacional - estão contabilizadas pelo custo amortizado e são classificadas como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em cláusula específica de vencimento antecipado que caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada *pro rata temporis*.

Instrumentos financeiros derivativos - são operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações

Descrição Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição
Ativo Passivo	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa 97,94% do CDI
Ativo Passivo	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,375 % aa 104,69% do CDI
Ativo Passivo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,00 % aa 118,94% do CDI
Ativo Passivo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,375 % aa 118,94% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa 106,30% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,375 % aa 109,70% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,00 % aa 109,50% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375 % aa 98,00% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	28/07/2004	02/01/2009	USD 71,60% do CDI
Ativo Passivo	Banco JP Morgam	11/07/2005	02/01/2009	EURO 59,80% do CDI
Ativo Passivo	Banco Citibank	11/02/2005	28/01/2009	USD 79,94% do CDI

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&F Bovespa, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F Bovespa.

Não houve no exercício mudança na qualificação dos instrumentos financeiros derivativos.

30.6 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 18, são compostos de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, o que

realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor de mercado (*fair value hedge*). O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros (ativo e passivo) da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional - BNDES e ELETROBRAS	77.071	16.975	78.552	15.480
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional - Banco do Brasil e Santander	101.665	91.249	102.918	102.764
Debêntures em Moeda Nacional	237.309	225.726	261.491	258.892
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	52.672	83.322	61.685	95.037
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Ativo em USD	63.453	101.579	62.922	96.922
Ativo em EUR	691	7.008	686	7.189
Passivo em USD	88.138	175.032	87.255	173.226
Passivo em EUR	945	11.206	945	11.458

30.4 - Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

Instrumentos Financeiros	31/12/2008			
	Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo Financeiro</b>				
Aplicações Financeiras	CDI	6.138	7.572	8.971
Títulos e Valores Vinculados	CDI	1.600	1.973	2.338
<b>Passivo Financeiro</b>				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	38.787	48.143	57.374
Debêntures	CDI	37.309	46.281	55.125
BNDES	TJLP	10.666	13.242	15.785
BID	USD	3.735	4.668	5.602
<b>Derivativos</b>				
Swap - Ponta Passiva - BID	CDI	16.219	20.198	24.156
Swap - Ponta Passiva - Edinfor	CDI	744	963	1.196
Swap - Ponta Passiva - Edinfor EUR	CDI	214	272	332
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>				
CDI		12,80%	16,00%	19,20%
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
CDI		12,80%	16,00%	19,20%
TJLP		6,25%	7,81%	9,38%
IGP-M		6,00%	7,50%	11,25%
USD/R\$		2,337	2,921	3,506

Instrumentos Financeiros	31/12/2008			
	Risco	Provável	Cenário IV	Cenário V
<b>Ativo Financeiro</b>				
Aplicações Financeiras	CDI	6.138	4.666	3.154
Títulos e Valores Vinculados	CDI	1.600	1.216	822
<b>Passivo Financeiro</b>				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	38.787	29.301	24.507
Debêntures	CDI	37.309	28.201	18.951
BNDES	TJLP	10.666	8.054	5.407
BID	USD	3.735	2.801	1.867
<b>Derivativos</b>				
Swap - Ponta Passiva - BID	CDI	16.219	12.215	8.181
Swap - Ponta Passiva - Edinfor	CDI	744	539	347
Swap - Ponta Passiva - Edinfor EUR	CDI	214	158	103
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>				
CDI		12,80%	9,60%	8,00%
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
CDI		12,80%	9,60%	6,40%
TJLP		6,25%	4,69%	3,13%
IGP-M		6,00%	4,50%	3,00%
USD/R\$		2,337	1,753	1,169

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto a mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contido no processo utilizado na preparação dessas análises.

30.5 - Operações com instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de mitigar a exposição de todas as suas dívidas em moeda estrangeira às oscilações da taxa de câmbio e taxas de juros, possuem, em 31 de dezembro de 2008, operações de *hedge*, apresentadas na nota 18. O valor contábil corresponde ao valor de mercado dessas operações que, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$6.393, cujos efeitos de ganho ou perda no resultado do exercício encontram-se apresentados no quadro da nota 26 (Resultado financeiro), na rubrica Operações de *swap* e *hedge*.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Nacional USD		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	2.038	18.330	7.221	35.351	4.829	18.685	2.061	(4.397)
					7.219	35.310	2.393	6.418
					(2.390)	(16.625)	(332)	(10.815)
	8.429	13.615	30.052	38.463	19.756	21.208	4.768	(3.794)
					30.245	38.795	4.085	6.937
					(10.489)	(17.587)	683	(10.731)
	764	6.874	2.466	12.119	1.811	7.959	(163)	(681)
					2.473	13.531	(448)	3.503
					(662)	(5.572)	285	(4.184)
	3.161	5.106	10.148	13.053	7.433	7.009	2.755	(2.369)
					10.426	12.255	2.645	692
					(2.993)	(5.246)	110	(3.061)
	1.273	11.456	4.251	20.406	3.012	11.647	1.339	(2.777)
					4.256	20.493	1.395	3.168
					(1.244)	(8.846)	(56)	(5.945)
	5.268	8.510	16.124	20.189	12.581	13.274	3.192	(2.396)
					16.393	20.639	2.122	2.361
					(3.812)	(7.365)	1.070	(4.757)
	4.215	6.808	11.528	14.541	10.065	10.619	2.554	(1.917)
					11.715	14.856	1.522	1.800
					(1.650)	(4.237)	1.032	(3.717)
	1.019	9.165	3.057	14.919	2.411	9.317	1.072	(2.221)
					3.056	14.899	1.009	2.322
					(645)	(5.582)	63	(4.543)
					684	1.014	190	(1.288)
					1.386	2.509	18	(2.049)
					(702)	(1.495)	172	761
					691	7.008	941	(7.320)
	212	2.756	945	11.458	945	11.206	644	(8.471)
					(254)	(4.198)	(303)	1.151
	245	490	971	1.770	571	847	157	414
					969	1.746	108	862
					(398)	(899)	49	(448)

permitted à Companhia trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

31 - Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

A responsabilidade ambiental e social pautada a estratégia empresarial e as atividades desenvolvidas pela Companhia. Em consonância com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias do Brasil, o ano de 2007 marca o início de implantação de Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade (SGIS), em nível corporativo, e a consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SIGA).

Os gastos de natureza ambiental em 2008 foram de R\$5.124 sendo R\$3.857 capitalizados no exercício relativos a proteção da biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente e R\$1.266 em contrapartida resultado do exercício relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU  
Presidente

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR  
Vice-Presidente

Conselheiros	
MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS	MIGUEL DIAS AMARO
	ARNALDO BENZI SACCONI

DIRETORIA

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR  
Diretor Presidente

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR  
Diretor Técnico (Interino)

NEWTON LUIS DE OLIVEIRA CASERI  
Diretor Operacional

THOMAS DANIEL BRULL  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO CÉSAR CORRÊA SOARES  
Diretor Comercial

DOREL SOARES RAMOS  
Diretor de Regulação

LEONARDO JOSÉ VALLESÍ  
Superintendente de Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI  
Gerente de Contabilidade Geral  
CRC 1SP137290/O-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES